

SURDO: PERSPECTIVA DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Antonio de Moura Fé ¹
Maíra Lueny de Moura Fé ²
Vanderlan Feitosa de Macêdo ³
Isabel Cristina de Aguiar Orquiz ⁴
Joselma Gomes dos Santos Silva ⁵

INTRODUÇÃO

O presente artigo de pesquisa versa sobre a elaboração de um trabalho de investigação bibliográfica a respeito da Inclusão do Deficiente Auditivo na Escola e na Sociedade, tendo em vista que mesmo sendo amparado por leis Brasileira, os portadores de deficiência auditiva ainda são forçados a viver em um outro mundo chamado preconceito, e toda as suas necessidades de direito a inclusão, não são colocadas em práticas e os mesmos são forçados a viverem segregados pela sociedade.

Objetivou-se por meio dessa pesquisa, analisar as deficiências e avanço na modalidade de inclusão social que os indivíduos com surdez enfrentam em diversas situações na atualidade. Certamente que se a sociedade através de uma visão mais ampla fizesse uma reflexão sobre as ações que se deixam de executar, mas que geram diversos transtornos para os deficientes auditivos. Chegarão à conclusão que essas consequências vêm ocasionando grandes empecilhos e impedindo que essa classe crescesse educacionalmente e tivesse novas oportunidades de socialização.

Essa pesquisa possui importante relevância, para que possamos aprender a nos relacionar melhor com os deficientes auditivos em todos os níveis de educação social e familiar. Aprendendo a conviver de forma imparcial e compreendo a sua inclusão social; tendo em vista que a sociedade em geral vem conquistando, ao longo dos tempos, diversas mudanças em vários setores. Mas, algumas vias de acesso que facilite a vida de pessoas com deficiência auditiva não tiveram o mesmo avanço esperado. Pelo contrário, as dificuldades impostas por determinados órgãos têm atrofiado o desenvolvimento social e educacional dessas pessoas que não conseguem acompanhar com êxito o progresso da humanidade por não terem recursos necessários e adequados para sua convivência diária.

Pontua-se como maior problema sobre a temática pesquisada, as dificuldades de inserção do Deficiente Auditivo na Escola e na Sociedade, a falta de conhecimento da abordagem da legislação como também a real aplicação prática dos direitos e deveres dessa classe.

Devido à falta de oportunidades e acesso aos meios para estudos, trabalhos, lazeres, relacionamentos afetivos, etc. que os portadores de deficiência auditiva enfrentam constantemente; isso nos leva ao questionamento: como melhorar, de forma natural, o cotidiano

¹ Graduando do Curso de História do Centro Universitário Inta – UNINTA, mourafe@yahoo.com.br ;

² Graduado pelo Curso de Química do Instituto Federal do Piauí - IFPI, mllueny10@gmail.com

³ Especialista em LIBRAS – UFPI, Docente da Educação Básica – SEDUC - PI, vanderlanufpi@gmail.com;

⁴ Mestra em Educação – UFSM, Docente do Ensino Superior – UFPI/CSHNB, isabelorquiz@ufpi.edu.br;

⁵ Especialista, Docente do Ensino Superior – UFPI/CSHNB, profjoselmagomes@gmail.com

de pessoas com necessidades educacionais especiais auditivas, de modo que elas não se sintam doentes e sim sejam consideradas seres humanos normais, como todos?

Nosso trabalho está embasado em obras de autores como George Dalgano, Pedro Ponce de Leon, Jacob Rodrigues Pereira, Alves-Mazzotti e Gewandsznajder entre outros, enfatizaram questões de educação literária e já com Dorziat e Veloso enfatizaram a inclusão social.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A presente pesquisa possui cunho bibliográfico e tem como bases fundamentais diversos tipos de consultas, buscando sempre adquirir uma maior compreensão sobre o tema proposto para análise.

Segundo Lakatos e Marconi (1991, p. 183), a pesquisa bibliográfica abrange a literatura existente com relação ao tema em estudo, tendo por finalidade a colocação do pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto, ampliando o aspecto teórico e o conhecimento por parte do pesquisador.

Realizou-se um minucioso planejamento e um estudo teórico amplamente extenso sobre o tema, onde foram colhidos dados em livros, artigos de jornais e revistas, acervos de instituições públicas e privadas, empréstimos, compras e consultas em sites que serão criteriosamente mencionados com suas referências; com a finalidade principal de descrever as teorias estudadas de forma ampla e coerente.

DESENVOLVIMENTO

Deficiência Auditiva

Denomina-se Deficiência Auditiva, a perda ou diminuição da capacidade de ouvir sons, também considerada como a diferença existente entre o desempenho do indivíduo e a habilidade normal para a detecção sonora de acordo com os padrões estabelecido pela American National Standards (ANSI-1989).

De acordo com a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS, 2004) e com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES, 2004), o termo deficiência auditivo é o nome usado para indicar a perda de audição ou diminuição na capacidade de escutar os sons.

A deficiência auditiva é entendida como tipo de privação sensorial, cujo sintoma é uma reação anormal diante do estímulo sonoro (GAGLIARDI & BARRELLA, 1986). Em geral, os vários tipos de deficiência auditiva são classificados de acordo com o grau de intensidade do som, medida em decibéis (dB), em cada um dos ouvidos (MARCHESI, 1996). Segundo o autor, a partir do momento em que ocorre a perda da audição ela possui forte repercussão no desenvolvimento infantil. Quanto mais desenvolvida em idade, maior experiência em som e linguagem oral a criança tiver, melhor será a sua evolução linguística posterior.

Segundo estudos da organização Mundial de Saúde (OMS), há uma estimativa que 42 milhões de pessoas com mais de três anos de idade são portadoras de algum tipo de deficiência auditiva, de moderada a profunda. Assim a cada mil crianças, pelo menos uma nasce profundamente surda, enquanto outras desenvolvem problemas auditivos ao longo do tempo, por conta de acidentes ou doenças. Segundo Northern e Downs (1991), aproximadamente 0,1% das crianças já nascem com deficiência auditiva severa e profunda, e que mais ou menos 90% das crianças com esses graus de deficiência auditiva são filhos de pais ouvintes.

História da Educação dos Surdos

De acordo com a história, aproximadamente de 2000 a 1500 a.C., os Egípcios adoravam e protegiam os surdos, pois os mesmos eram considerados mediadores entre os deuses e os Faraós e respeitados pela população. Os Egípcios acreditavam que por viverem em constante silêncio, eles estavam sempre em meditação espiritual. Mesmos assim não recebiam instruções e eram mantidos isolados da vida social. Na Antiguidade os chineses lançavam-nos ao mar, os gauleses sacrificavam-nos aos deuses, em Esparta eram lançados do alto dos rochedos e na Grécia eram encarados como seres incompetentes (WIKIPÉDIA, 2013).

Por volta do século XVI na Espanha (aproximadamente 1520 – 1584), o Padre Beneditino, Pedro Ponce de Leon, iniciara a educação de crianças surdas através da língua de sinais e do alfabeto manual, se baseando na aprendizagem da palavra, começando pela leitura escrita. Para aquela época isso era de suma importância porque eles poderiam tomar posses de suas heranças se falassem e também só poderiam estabelecer o matrimônio mediante a permissão do papa. Muitos outros educadores se basearam nos métodos desses dois precursores onde aprimorando e adaptando novas tendências conseguiram alcançar objetivos satisfatórios para a época.

Para George Dalgano (1626-1687) que é o autor de *Didascalocophus* ou o Tutor do Homem Surdo e Mudo (1680), o fator mais importante é a educação precoce e o ambiente linguístico em que a criança surda deve ser educada. Na sua visão de educador deve-se estar fazendo o uso contínuo do alfabeto manual desde o berço para permitir ao bebê o desenvolvimento da linguagem. Já na (1648), John Bulwer é autor dos primeiros livros da linguagem das mãos – “Chirologia e natural language of the hand”. Preconizava a utilização de sinais, alfabeto manual e leitura labial. Jacob Rodrigues Pereira (1715-1789) utilizava o alfabeto manual como apoio no ensino da fala.

Mesmo que Holde (1616-1698) defenda que a educação deveria iniciar pelo ensino da escrita, na Inglaterra (1618 – 1678), Jonh Wallis inicia uma reeducação através de gestos naturais do próprio aluno para depois inserir a escrita.

Todavia, foi somente na metade do século XVIII que surgiu aquele que seria o maior criador e divulgador da linguagem de sinais o francês Abbé Charles Michel de L’ Epeé (1712 – 1789). Após ser ordenado padre resolveu ler o livro de Bonet para aprender a lidar com duas gêmeas surdas-mudas, pois, acreditava os sinais era uma espécie de língua mãe.

Posteriormente em 1755, fundou com os próprios recursos financeiros, a primeira escolar para surdos-mudos em Paris. Onde ensinava e dirigia a instituição com uma filosofia manualista e oralista permitindo a eles o direito de adquirirem uma linguagem própria.

A Educação dos Surdos no Brasil

A educação de surdos vem se fortalecendo graças ao leque de oportunidades de cursos ministrados nas áreas de aperfeiçoamento e capacitação, que permite aos mais leigos aprender a interagir com os deficientes auditivos.

Nos séculos passados, as crianças portadoras de surdez eram excluídas do meio social familiar e algumas cidades ainda mais rígidas, deixavam nas estradas para morrerem ou nas igrejas como forma de não querer aquela criança defeituosa aos olhos da uma sociedade preconceituosa.

No Brasil, a História da educação se iniciou com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, que hoje é nacionalmente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos

(I.N.E.S.). Foi fundado pelo professor francês Ernet Hwet em 24 de setembro de 1857, que veio trabalhar no Brasil quando foi convidado pelo Imperador D. Pedro II para atuar na educação de surdos; no início eram educados por linguagem escrita, articulada e falada, datilografia e sinais. Dessa forma deu-se o primeiro contato com a Língua de Sinais Francesa trazida por Hwet e a língua de sinais utilizadas pelos alunos (Inclusão: R. Educ. esp., 2008).

A "Leitura sobre os Lábios" estaria voltada apenas para os que apresentassem aptidões a desenvolver linguagem oral. A este respeito, a FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos destaca:

No início, eram educados por linguagem escrita, articulada e falada, datilografia e sinais. A disciplina "Leitura sobre os Lábios" estaria voltada apenas para os que apresentassem aptidões a desenvolver a linguagem oral. Assim se deu o primeiro contato com a Língua de Sinais Francesa trazida por Hwet e a língua dos sinais utilizada pelos alunos. É importante ressaltar que naquele tempo, o trabalho de oralização era feito pelos professores comuns, não havia especialistas.

Hoje a comunidade surda continua conquistando o seu espaço e podemos observar que os governos têm se preocupado a inclusão social não somente de surdos, mas também de todas as outras necessidades. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p. 15).

"O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajosos ou marginalizados.

A Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo de LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 no Capítulo V estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, concedendo garantias de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência da rede de regular de ensino (BRASIL, ...)

Mesmo assegurado com o amparo legal das leis vigente no país, ainda é necessário muita luta e participação ativa dentro dos órgãos públicos e privados, escolas, clínicas etc. pois as leis garantem a preferência e não a exclusividade, o que dificulta em grande escala o acesso dos surdos na educação. Pois existe uma grande margem de profissionais na área educacional sem especialidade e com medo de enfrentar novas mudanças e desafios. Para Sassaki (1997, p. 150), "É preciso rever toda a legislação pertinente à deficiência, levando em conta a constante transformação social e a evolução dos conhecimentos sobre a pessoa deficiente."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa foi possível averiguar a Inclusão do Deficiente Auditivo na Escola e na Sociedade, analisando sobre vários aspectos toda a problemática que envolve as deficiências e avanços dos portadores de surdez diante da sua inserção na sociedade. Esse estudo possibilitou várias reflexões sobre essa temática e uma análise sobre os métodos e pesquisas já existente, e como também devemos nos relacionar diante dos mecanismos de mudanças que venham viabilizar novas oportunidades e possibilidades de contextos educacionais e sociais para essa classe.

Então mesmo com todos os empecilhos de adaptação de ambas as partes, conclui-se que deve se promover os esclarecimentos necessários quanto às dificuldades enfrentadas pelas pessoas surdas e buscando a solução da problemática;

É necessário banir a discriminação da atualidade através não apenas dos esclarecimentos adequado à população, mas também de projetos eficientes que atinjam os objetivos de forma

significativa para superar os obstáculos que estão presentes e dificultam uma educação produtiva e verdadeira.

A sociedade exclui essa parcela da população por não saber compreender e nem entender as necessidades atuais, precisa se abolir o preconceito e inserir esse grupo na sociedade de forma natural através da educação de ambas as partes.

A inclusão dos Deficientes Auditivos na Escola e na Sociedade deve ser realizada de forma planejada e organizada por todas as esferas governamentais para que dessa forma, possamos integrá-lo e mudar a compreensão desse conceito de discriminação. Devemos ainda buscar os direitos cabíveis a essa classe sem que eles percam a sua identidade pessoal e consigam se integrar dentro da sociedade com a sua maneira de viver.

REFERÊNCIAS

APOENA. **Inclusão de pessoas com necessidades especiais nos eventos do Senar**. p. 24 – 26.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **O Tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília – MEC; SEESP, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **O Tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília – MEC; SEESP, 2002.

BRITO, L. F. **Integração social e educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

Caderno T.V. Escola: deficiência auditiva, 2001. p. 5 – 17.

COUTINHO, Denise. **LIBRAS e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças**. Volume II. Editora ARPOADOR. 2000, João Pessoa. Paraíba. Kojima Catarina – **língua de sinais, a imagem do pensamento**. Editora Escala Ano I nº 01.p. 24.São Paulo.

Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. [4. ed.] / elaboração profª Daisy Maria Collet de Araujo Lima –Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília : MEC,Secretaria de Educação Especial, 2006.

FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos). Kit LIBRAS é
FERNANDES, Eulália. **Problemas linguísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FERNANDES, Eulália. **Problemas linguísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

GOTTI, Marlene de Oliveira. **Português para deficientes auditivos**. Brasília: Editora da UnB, 1991.

GOTTI, Marlene de Oliveira. **Português para deficientes auditivos**. Brasília: Editora da UnB, 1991. **Inclusão: R. Educ. esp.**, Brasília, v 10 . 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008

MARCHESAN, Irene &. D'AGOSTINHO, Lídia. **Desenvolvimento da linguagem**. Monografias Médicas. Série Pediatria, Savier, 1999.

OMS. Organização Mundial de Saúde, 2001. **Revista integração**, ano 7, nº. 18 – 1997. O processo de aquisição da linguagem por crianças surdas.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Como chamar as pessoas que tem deficiência**. In: Vida independente. São Paulo, RNR, 2003. p. 12 – 15.